



Boletim nº. 11 - MERCOSUL - 18 de julho de 2011

Por uma Justiça amigável ou adequada à infância

Encontro em Montevideu levantou propostas e desafios para a Justiça da Infância e Juventude no MERCOSUL

Foi realizado, nos dias 17 e 18 de junho, o III Encontro Regional da [Associação Internacional MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude \(AIMJJ\)](#), com o tema: "Construindo uma Justiça Adequada para Crianças e Adolescentes". O evento, ocorrido em Montevideu, reuniu as contribuições de operadores do Direito para a construção de uma proposta de adequação dos Sistemas de Justiça da região às necessidades específicas de crianças e adolescentes.

O magistrado uruguaio e co-presidente da [AIMJJ](#), Ricardo Pérez Manrique, avalia o encontro positivamente: "participaram mais de 200 pessoas da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Venezuela e Equador. Dos quatro eixos tomados como base de discussão no evento, surgiram propostas que serão incorporadas a um documento que está em processo de elaboração".

O surgimento de tais propostas seria resultado das atividades preparatórias desenvolvidas durante o primeiro semestre de 2011, nos países membros da Associação, mas também refletiriam a diversidade de nosso continente. É o que observa o juiz brasileiro e vice-presidente da [AIMJJ](#) no Brasil, Eduardo Rezende Melo: "percebeu-se uma grande riqueza na diversidade de perspectivas nacionais, refletindo singularidades dos panoramas históricos, socioculturais e institucionais, o que permitiu dar a amplitude de vieses que deverão ser considerados".

Documento regional

Os quatro eixos que conduziram os debates do **III Encontro Regional da AIMJJ** foram: a efetividade de direitos econômicos, sociais e culturais; Justiça Penal Adolescente; crianças em situação de alta vulnerabilidade; e a questão do gênero

como componente fundamental de uma Justiça adequada.

Esses temas continuarão a ser trabalhados no **VII Congresso Internacional da AIMJJ**, que ocorrerá de 5 a 7 de outubro de 2011, no Paraguai, e em encontros que serão realizados durante o próximo ano no Brasil e na Venezuela.

Para isso, foi acordado que as próximas discussões tomarão como base de reflexão um texto preliminar produzido por membros da **Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos (ABMP)**, ao qual serão adicionados os resultados de todas as atividades que estão sendo realizadas. “A proposta é elaborar uma série de regras ou diretrizes de Justiça amigável ou adequada para crianças e adolescentes. Esse documento será apresentado a Iniciativa Niñ@sur, para ser colocada em prática pelos países da região”, explica Ricardo Manrique.

Desafios do MERCOSUL

A construção de uma Justiça adequada ou amigável para meninos e meninas deve englobar desde a garantia judicial de direitos sociais e individuais até os aspectos psicológicos do atendimento a crianças e adolescentes pelos Sistemas de Justiça, passando também por temas como o retorno de crianças vítimas de sequestro parental, Justiça Penal Juvenil, questões de gênero, Justiça restaurativa e a atuação dos órgãos de defesa da infância.

No entanto, alguns aspectos dessa problemática se mostraram mais controversos, demandando reflexões mais atentas. Para o co-presidente da [AIMJJ](#), um assunto a ser aprofundado é o alcance da proposta que se espera construir. “Um ponto de discussão é o destinatário dessas regras e diretrizes. Somente os Sistemas Judiciais propriamente ditos – juízes, promotores, defensores, tribunais – ou é preciso contemplar uma totalidade mais ampla, isto é, a polícia e todo o sistema de garantia de direitos?”, observa o magistrado uruguaio.

Também foi levantada a necessidade de um debate de natureza terminológica. Alguns países sustentam que se deve manter a tradução literal da expressão inglesa “child friendly justice”, ou seja, “Justiça amigável”, argumentando a necessidade de uma empatia explicitamente declarada e formalizada em relação a meninos e meninas. Mas outros defendem que o mais indicado é falar de uma “Justiça adequada ou adaptada”, o que supostamente permitiria uma distinção no que diz respeito à antiga doutrina da situação irregular.

Realidade Latino-americana

Além do texto preliminar produzido pela **ABMP**, também servirão como fundamentos para a proposta de Justiça amigável ou adequada no MERCOSUL, as “100 Regras de Brasília sobre o Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade” e, principalmente” as “Pautas do Comitê de Ministros do Conselho Europeu para uma Justiça Amiga das Crianças”. Nesse contexto, um importante desafio assumido pelos participantes do encontro de Montevideu foi a adaptação do conteúdo desse

documento europeu às especificidades da realidade latino-americana.

“Eu parto do princípio de que se esse documento foi produzido pelo Comitê de Ministros da Europa é porque as coisas não estavam funcionando bem e a Justiça especializada na Europa tinha alguns inconvenientes. Então, acredito que é aconselhável tomá-lo como um fundamento mínimo, mas que, certamente, deve ser

adaptado”, explica o juiz argentino e vice-presidente da [AIMJJ](#) no seu país, Elbio Ramos.

De acordo com o magistrado argentino, o nível de interesse a respeito dos direitos sociais seria a principal diferença entre a futura proposta do MERCOSUL e o documento europeu. “Na América Latina, os direitos sociais são enfatizados. E, pelo menos na Argentina, acreditamos que uma Justiça amigável é algo mais do que os tribunais, porque há um antes, um durante e um depois na intervenção jurídica. Acreditamos numa visão do conjunto”, afirma.

Balanço dos participantes

A seguir, apresentamos a avaliação de algumas autoridades presentes no **III Encontro Regional da AIMJJ**:

Dra. Cinthia Ramírez de Melgarejo – juíza membro do Tribunal de Apelação da Infância e Adolescência da Circunscrição de Caazapá no Paraguai e responsável por apresentar, no **III Encontro**, o relatório das atividades desenvolvidas no Paraguai durante este ano:

“O evento foi muito bom, em função da participação de vários países que se encontram diretamente envolvidos na concepção de uma Justiça adequada, adaptada ou amigável a crianças e adolescentes. Para mim, o mais interessante foi a apresentação dos relatórios sobre as jornadas preparatórias realizadas na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.”

Dr. Ricardo Pérez Manrique – presidente da **Associação Uruguaia de Magistrados e Operadores Judiciais de Família, Infância e Adolescência** e co-presidente da [AIMJJ](#):

“O evento alcançou os resultados esperados e foi muito satisfatório de acordo com a avaliação dos participantes. Caso, nas próximas discussões, surja algum aspecto em que não se alcance um consenso, dado o caráter regional da proposta que estamos construindo, a discussão pode continuar para além dos eventos programados e da elaboração de um documento inicial.”

Dr. Eduardo Rezende Melo – juiz de Direito, expresidente da **ABMP** e vice-presidente da [AIMJJ](#) no Brasil:

“O grande desafio é aprofundar as especificidades latino-americanas para que o documento seja significativo internacionalmente, podendo ganhar maior impacto nas discussões nas Nações Unidas.”

Dr. Elbio Ramos – juiz de direito, presidente da **Associação Argentina de Magistrados, Funcionários e Profissionais da Justiça da Infância, Adolescência e Família (AJUNAF)** e vice-presidente da [AIMJJ](#) na Argentina:

“Sem dúvida, foi aberto um proveitoso caminho para a cooperação entre órgãos judiciais dos diferentes países. Temos que buscar um intercâmbio de informação e a troca de experiências que tiveram êxito em cada lugar. Foi exposto que os países têm diferentes abordagens em relação às Pautas do Comitê de Ministros da Europa e esse é um aspecto que merece uma reflexão atenta da nossa parte.”

Organização:

O **III Encontro Regional da AIMJJ** foi co-organizado pela **Associação Uruguaia de**

Magistrados e Operadores Judiciais da Família, Infância e Adolescência, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (**UNICEF**) e a **Suprema Corte de Justiça da Nação – República do Uruguai**.

Consulte as [“Pautas do Comitê de Ministros do Conselho Europeu para uma Justiça Amiga das Crianças”](#).

Consulte as [100 Regras de Brasília](#).

Acesse a [proposta preliminar de Justiça amigável ou adequada à infância produzida pela ABMP](#).

Consulte a [programação do evento](#).

“Diretrizes de uma Justiça amigável ou adequada para crianças e adolescentes – a perspectiva do MERCOSUL”

Este projeto é idealizado pela [AIMJJ](#) e tem o objetivo de elaborar uma proposta de lei modelo ou um conjunto de orientações que serão apresentadas a autoridades do continente, contendo as diretrizes para adequação dos Sistemas de Justiça da região às necessidades específicas da infância e adolescência.

Os resultados das discussões desenvolvidas em cada país durante este primeiro semestre foram apresentados no **III Encontro Regional da AIMJJ**, realizado em Montevideu, nos dias 17 e 18 de junho de 2011.

Esses debates terão continuidade durante o **VII Congresso Internacional da AIMJJ**, que ocorrerá nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2011, Assunção, capital do Paraguai. A partir dos consensos que serão construídos em Assunção, a Associação partirá para a redação final de sua proposta de Justiça amigável ou adequada. Essa etapa ocorrerá em 2012, em eventos a serem realizados no Brasil e na Venezuela.

O projeto conta com o apoio do **Grupo de Trabalho Niñ@sur**, que funciona no âmbito das Altas Autoridades sobre Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL, e do **Instituto Camargo Corrêa**.

Sugestões e críticas: jim@oficinadeimagens.org.br



dos Juizes da Infancia e Juventude.



Produção Editorial:



[Descadastre-se](#) caso não queira receber mais e-mails.